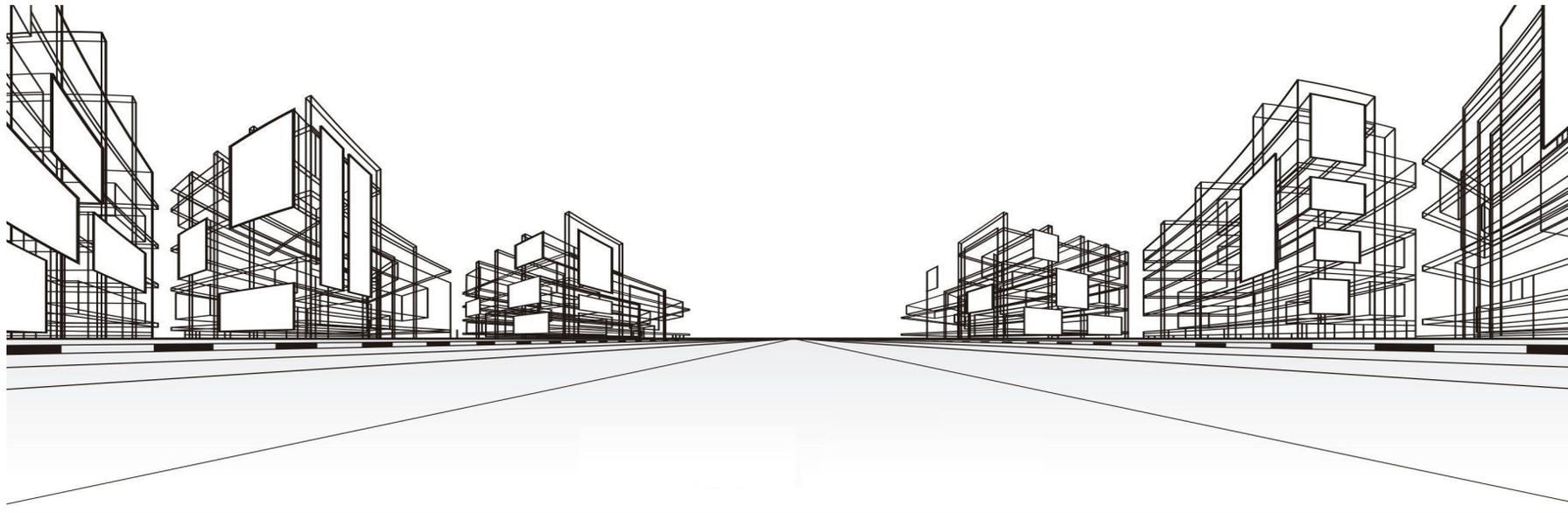


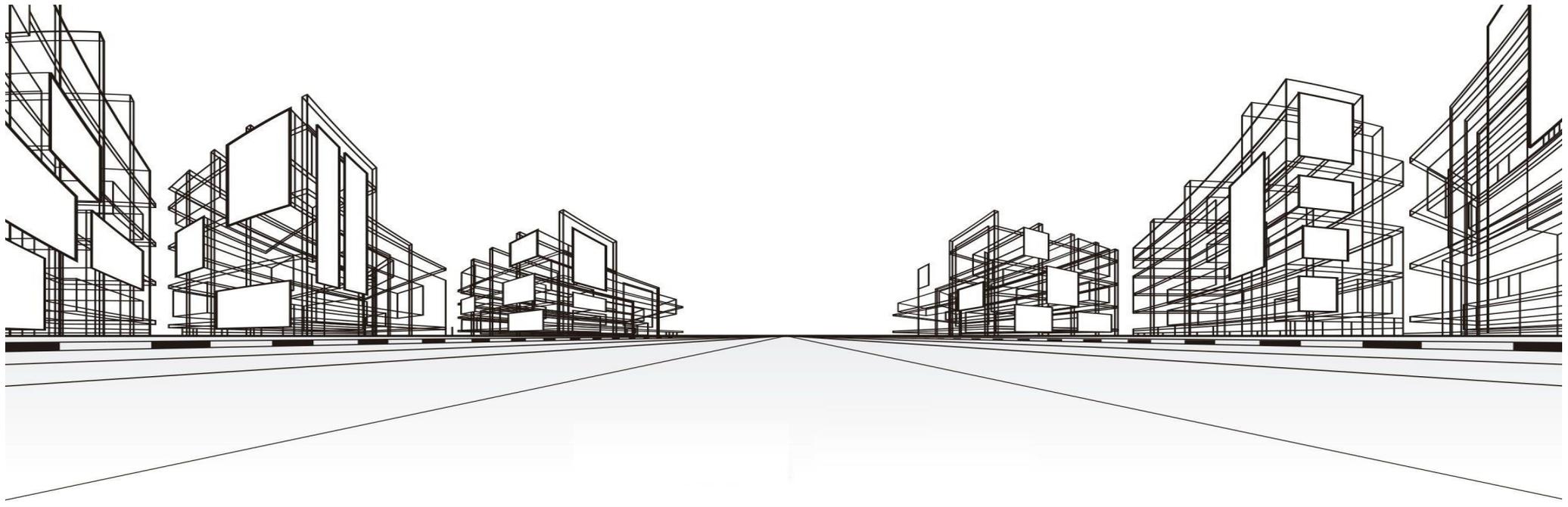
# Observatório

## “Serviços, Competitividade Urbana e Coesão Territorial”



- **Promotor:** Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP)  
— Fórum dos Serviços

# I. ENQUADRAMENTO DO PROJECTO



## 1. Os Serviços e os Espaços Urbanos: componentes essenciais de competitividade

- **Os serviços** (na sua pluralidade e diversidade) são um factor determinante de uma economia orientada para uma competitividade baseada na criação de valor;
- **As cidades e os Território urbanos em geral** são a unidade espacial nuclear da emergência e aprofundamento da competitividade de um país e, através da capacidade revelada de fixar e atrair pessoas, um factor determinante de coesão territorial.

Sendo que,

- as **actividades de serviços** são, por natureza, uma componente intrínseca e indissociável da **construção urbana** (pode haver cidades sem indústria, não pode haver cidades sem serviços) e é no **ambiente urbano** que as mesmas podem prosperar e ser competitivas.
- e, ao mesmo tempo, o **progresso e o desenvolvimento das cidades/vilas** depende da **presença de serviços**, aumentando o seu grau de atractividade com a profundidade e diversidade dos mesmos.

Em conclusão,

- **POLÍTICAS DE FOMENTO DOS SERVIÇOS E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO SÃO INDISSOCIÁVEIS**

## 2. O contributo dado pela CCP ao longo das últimas décadas

- A CCP tem, desde sempre, pugnado por **inserir as actividades de comércio e serviços no âmbito das políticas do território e, em especial, das «políticas de cidade».**
- a) Numa primeira fase (com os primeiros Quadros Comunitários de Apoio e associada aos programas PROCOM E URBCOM):

Estivemos na 1ª linha do reconhecimento e criação de **“políticas de urbanismos comercial”**, investimos e apoiámos a criação de **“unidades de gestão de centros urbanos”** (resultantes de parcerias entre Câmaras Municipais e Associações de comércio e serviços), institucionalizando a figura do Gestor de Centro Urbano.

Em especial, tratava-se de pensar a **requalificação e reanimação dos centros urbanos** não ignorando ou subalternizando o **papel do comércio e serviços na configuração das mesmas.**

Igualmente nos batemos por políticas de **“ordenamento comercial”** que permitissem estruturar as ofertas comerciais numa lógica de **planeamento urbano**, em que a sustentabilidade e os equilíbrios urbanos essenciais deviam ser tidos em conta.

b) Numa fase mais recente e no âmbito do Fórum dos Serviços,

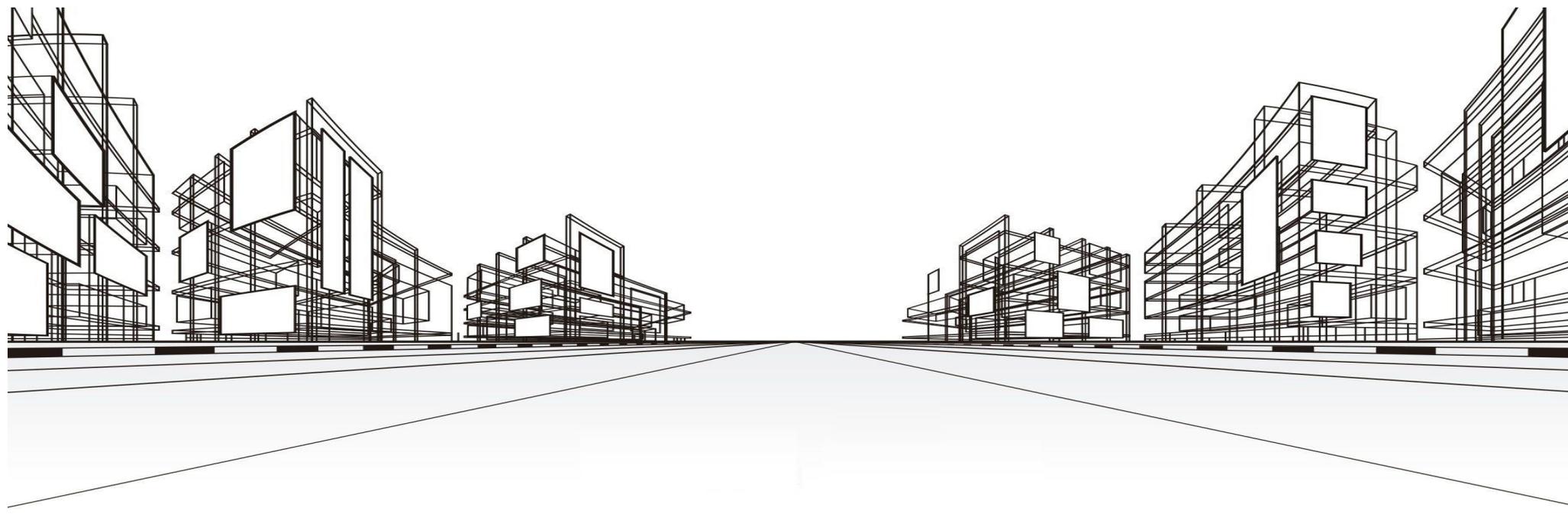
Alargámos o enfoque aos **serviços não comerciais**, tomando por base o conjunto diversificado das actividades de serviços (nas quais o comércio está naturalmente integrado) e procurámos centrar-nos, acima de tudo, no **papel dos serviços enquanto factor de atractividade urbana**, dedicando particular atenção à **qualidade de vida** e aos elementos plurais que a robustecem.

Este foi um trabalho de reflexão e análise, que juntou vários actores relevantes: **câmaras municipais, organismos da administração pública, associações, empresas e investigadores**, tendo culminado num estudo titulado **“Políticas Urbanas, Actividades de Serviços e Atracção de Não Residentes”**, que foi realizado pela EY/Augusto Mateus e Associados, com coordenação do Prof. Paulo Madruga (concluído em 2018).

## Principais contributos do estudo:

- Confirmação, com base na informação estatística disponível, da **elevada correlação entre a extensão e o peso das múltiplas actividades de serviços e as dinâmicas de atracção ou repulsa de visitantes/residentes das cidades/vilas;**
- Classificação das diferentes **tipologias de serviços** (“transversais”, “de quotidiano”, “de complemento” e “de diferenciação”) permitindo analisar os contributos de cada uma delas para o desenho competitivo das nossas cidades/vilas (sendo complementares podem moldar perfis diferenciados);
- Identificação de um conjunto de **boas práticas/casos de sucesso** ao nível das políticas urbanas associadas a actividades de serviços e o seu contributo para atrair não residentes (visitantes ou novos residentes).

## II. CRIAÇÃO DO OBSERVATÓRIO



# 1. Do Trabalho de Preparação

- Do debate feito em torno do estudo referido foi consensual a importância de dar sequência ao trabalho desenvolvido, apontando-se para a constituição de uma «**plataforma colaborativa**» permanente que, juntando os vários actores relevantes, fosse um espaço de **diálogo**, de **partilha de informação e de experiencias**, podendo unir e dar lugar à concretização de **projectos conjuntos**.

Considerou-se ainda, que os níveis de participação deviam ser reforçados, alargando a participação das Câmaras Municipais e da Administração Pública Central e chamando ao projecto a Administração Pública Regional e os Centros de Produção de Conhecimento, com destaque para as escolas do ensino superior (universidades e politécnicos).

- Ao longo do 2º semestre de 2019 e em 2020 (com as contrariedades impostas pela pandemia) procedeu-se à estruturação do projecto, tendo-se escolhido a designação de **Observatório “Serviços, Competitividades Urbana e Coesão Territorial”**, evidenciando que o principal factor identitário está na **articulação dos serviços (comércio e serviços) com as políticas urbanas** e que o enfoque a fazer conjuga a **dimensão mais especificamente económica** (investimento, emprego, condições envolventes e infraestruturas) com a **dimensão da qualidade de vida**, essencial para fixar e atrair pessoas, e consequentemente, indissociável da dimensão da competitividade económica.

## 2. Da concretização do Projecto

Do Plano de Acção previamente fixado, definimos duas fases de concretização:

**a) Fase 1** (a iniciar de imediato)

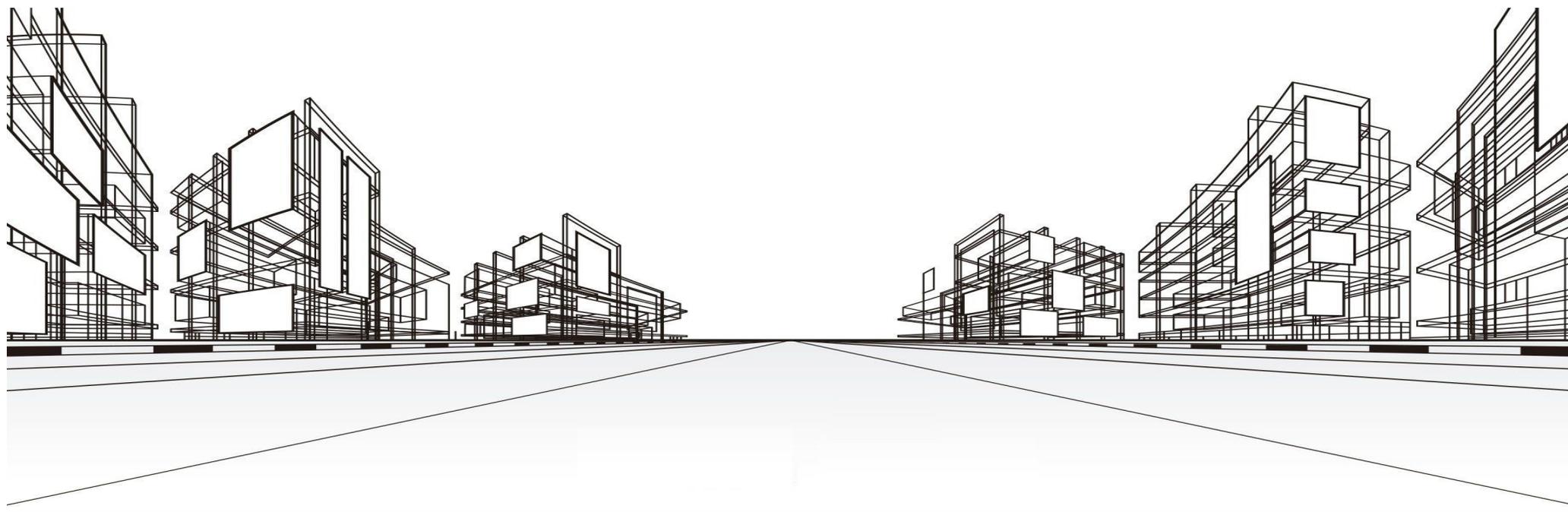
- Recolher, tratar e divulgar periodicamente informação relevante sobre o tema, seja da **natureza quantitativa** (com base num painel de indicadores a seleccionar por áreas temáticas), seja de **natureza qualitativa, nomeadamente estudo de casos, na forma de experiências, práticas ou medidas concretas executadas** (compiladas em «fichas» que constituirão uma base de dados a partilhar);
- Constituir **grupos de reflexão** (GR) sobre temas específicos relevantes, com participação dos vários parceiros do projecto e de eventuais convidados e que deverão estar orientados para o desenho de medidas ou políticas concretas.

- a) **Fase 2** (após consolidação da fase anterior, apontando-se que o seu arranque possa ocorrer em meados de 2022)
- Dando continuidade aos trabalhos da fase anterior, prevê-se dar início ao desenvolvimento de “**iniciativas em cooperação**”, envolvendo os parceiros do Observatório que voluntariamente desejem associar-se para a concretização das mesmas.

A título exemplificativo, referimos:

- A realização de estudos de avaliação ou análise de impacto de medidas/políticas;
- A preparação e execução de experiências piloto inseríveis numa lógica de «eficiência colectiva» e que permitam trabalhar metodologias e conceitos partilhados, quer adoptando referenciais comuns, quer potenciando o chamado «efeito de rede».

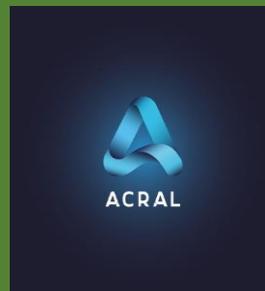
# III. MEMBROS ASSOCIADOS



❖ Câmaras Municipais (31):



❖ Associações Empresariais Locais/Regionais do Comércio e Serviços (14):



❖ Universidades / Politécnicos (5):



❖ Entidades Públicas Regionais (CCDR) (5):



❖ Entidades da Administração Pública Central (6):



aicep Portugal Global



INSTITUTO DO EMPREGO  
E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, IP



## ❖ Pessoas a Título Individual (12):

- Adriano Pimpão (Economista, Professor Universitário)
- Ana Sepúlveda (Socióloga, Investigadora)
- António Manzoni (Economista, Investigador)
- Fernando Ribeiro Mendes (Economista, Professor Universitário)
- João Ferrão (Geógrafo, Investigador)
- José Félix Ribeiro (Economista, Investigador)

- M<sup>a</sup> Eduarda Marques da Costa (Geógrafa, Professora Universitária)
- Miguel Ângelo Fonseca (Arquitecto, Urbanista, Investigador)
- Nuno Camilo (Jurista, Empresário)
- Paulo Ferrão (Engenheiro, Professor Universitário)
- Paulo Madruga (Economista, Professor Universitário)
- Sidónio Pardal (Urbanista, Professor Universitário)

# IV. ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO

